
A cobertura da greve geral de 2017 pelo telejornal Repórter Brasil¹

Acsa Roberta Macena da SILVA²
Ana Maria da Conceição VELOSO³
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O trabalho analisa como se deu a cobertura jornalística da greve geral do Brasil ocorrida em 2017, pelo principal telejornal público do país, o Repórter Brasil. A pesquisa permitiu a compreensão de como as manifestações contra as reformas do governo Temer (2016-2018) foram enquadradas pelo noticiário, além de discutir sobre os princípios que devem nortear o telejornal público e quais são os principais desafios para o cumprimento de sua missão. Um corpus formado por 5 matérias é analisado em observância com o Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e as indicações dos relatórios da Ouvidoria no primeiro semestre de 2017. Os principais resultados apontam para a ausência de pluralidade de vozes na cobertura.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo público; tv brasil; repórter brasil; greve geral.

Introdução

Quase 100 anos depois da primeira greve geral da história do Brasil, ocorrida em julho de 1917, centenas de categorias voltaram a cruzar os braços na greve geral de 28 de abril de 2017. Ainda em junho, parte da população saiu de casa novamente para protestar, dando início a segunda greve geral no mesmo ano. As duas manifestações representavam a insatisfação contra a Reforma da Previdência, e sobretudo, contra os impactos da Reforma Trabalhista, sancionada na gestão do ex-presidente Michel Temer (PMDB) em julho de 2017.

A alteração da Lei Trabalhista aconteceu em regime de urgência e com limitadas iniciativas de debate com a sociedade e organizações sindicais de representação dos trabalhadores. Entrou em vigência em 11 de novembro de 2017, sob a promessa de crescimento da economia do país, assim como geração de novos empregos. Entre as principais alterações foi colocada a prevalência do negociado sobre o legislado, que prevê qualquer acordo entre patrão e empregado independente do que a lei diz. Pontos de

¹ Trabalho apresentado na DT 01 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Mestranda do Curso de Comunicação do PPGCOM-UFPE, e-mail: acsamacena7@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFPE, email: velosoanam@gmail.com

inconstitucionalidade foram elencados e reunidos em um relatório elaborado pela Ordem de Advogados Brasileiros (OAB)⁴ e também por entidades de maior representatividade da sociedade civil no âmbito jurídico trabalhista. Além disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵, órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU), avaliou que a reforma viola princípios acordados em suas convenções.

Diante desse fato de repercussão internacional e no país, o trabalho busca compreender como se deu a cobertura das duas greves gerais de 2017 pelo telejornal Repórter Brasil, principal noticiário público do país. O telejornal “é o lugar em que os grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia” (VIZEU, 2008, p. 7).

O Repórter Brasil é veiculado pela TV Brasil, televisão pública nacional que pertence a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No momento de sua criação, ficou definido que o foco do noticiário seria o cidadão, que “sua pauta teria que ir além da cobertura convencional” (MIGUEL; SANTANA, 2011, p. 77), e entre suas normatizações, estariam “a isenção, o pluralismo, a boa apuração e a lealdade aos fatos” (Ibidem).

Nos últimos dois anos, a audiência da TV Brasil cresceu 64%, de acordo com o Painel Nacional de Televisão, se tornando em janeiro de 2019 a sétima emissora⁶ mais assistida do país. São mais de 24 milhões de domicílios que fazem a audiência da emissora. É o sistema público de comunicação que pode “oferecer complemento à programação das emissoras comerciais, ampliando a diversidade de conteúdo e a pluralidade dos atores envolvidos na sua produção e veiculação” (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 45). Surgiu majoritariamente na Europa, no início da era da radiodifusão, quando o Estado nacional assumiu a tarefa de implantar as primeiras emissoras de rádio e depois as de televisão, sendo um serviço valorizado em países democráticos.

⁴ Disponível em <<http://s.oab.org.br/arquivos/2017/06/reforma-trabalhista-preliminaresinconstitucionalidades.pdf>>. Acesso em: 27 de set. de 2017.

⁵ Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_154.html>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

⁶ Disponível em <<http://www.ebc.com.br/institucional/sala-de-imprensa/noticias/2019/02/tv-brasil-alcanca-ibope-historico-e-ja-e-a-setima-emissora-mais>>. Acesso em: 22 de mar. de 2019.

Já em países da América Latina como o Brasil, a realidade é diferente. O artigo 223 da Constituição Federal prevê a existência dos sistemas comercial, público e estatal na resolução das comunicações. Porém, a discussão acerca do assunto só tomou fôlego após relevantes debates sociais, com maior efervescência nos anos 2000 (STEVANIM, 2017). Apesar de seu atraso de 60 anos em relação à mídia comercial, o projeto de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no final de 2007, representava uma nova experiência para o cenário midiático brasileiro.

Apesar de mais de uma década ter se passado desde sua implantação, ainda existem muitos desafios para sua plena efetivação. A Medida Provisória 744/2016 do governo de Michel Temer⁷ (PMDB) extinguiu o Conselho Curador, instância de caráter público e democrático da emissora e alterou sua estrutura de gestão e administração. A mudança tem levantado uma série de questionamentos aos trabalhadores e entidades que lutam pela democratização dos meios de comunicação. Ainda em abril de 2017 uma carta aberta foi elaborada pelos trabalhadores da EBC em Assembleia da Categoria. O documento⁸ relatava a impossibilidade enfrentada pelos profissionais para exercerem a liberdade de imprensa diante da censura e assédio enfrentados em coberturas jornalísticas com o advento da gestão Temer na emissora.

Diante desse cenário, o trabalho buscou compreender como se deu a cobertura das greves ocorridas em 2017, quais enquadramentos (TUCHMAN, 1978) foram conferidos às notícias de temas sensíveis ao governo e se houve contextualização das manifestações. Foram analisadas cinco matérias inerentes a cobertura jornalística do Repórter Brasil, com base no que diz o Manual de Jornalismo da EBC e o que aponta o seu Relatório da Ouvidoria.

1. A Televisão Pública na América Latina: um ideal em construção

A história da televisão latino-americana é fundamentalmente marcada pela propriedade e gestão nas mãos de grupos empresariais “que pouco a pouco se expandiram e deram lugar aos gigantes conglomerados que controlam e concentram a propriedade

⁷ O chefe de executivo, atualmente preso na Operação Lava Jato, assumiu a presidência em agosto de 2016 após a destituição da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff (PT), por um processo de impeachment votado e aprovado no Congresso Nacional.

⁸ Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Carta-Aberta-dostrabalhadores-da-EBC.pdf>>. Acesso em: 19 de mai. de 2018

desses meios de comunicação na região e ainda hoje” (ARROYO et al., 2012, p. 36). Ainda como observa a pesquisadora Eula Cabral (UREJ), em seu artigo sobre a Concentração das Comunicações e Telecomunicações:

Na área de radiodifusão (rádio e televisão), três conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos atingem quase 100% do território brasileiro. A Rede Globo é o principal grupo, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro (RJ), com grande influência na política, na economia e na sociedade brasileira (CABRAL, 2015, p. 19).

Entre os impasses para o desenvolvimento da mídia pública no Brasil, em geral na América Latina, Arroyo et al. (2012) destaca a ausência de vontade política no setor, além das pressões do mercado e grupos privados que tentaram minar sua existência. Já na Europa, esse cenário foi diferente: os valores estavam baseados “na noção de serviço público e de independência. Sem esses dois elementos, haveria apenas inconsistência e incoerência” (OTONDO, 2008, p. 45).

Sobre a importância de se ter uma televisão de serviço público, o livro *Cajas Mágicas, el renacimiento de la televisión pública en América Latina* (2012), ressalta que “traz implicações fortes e importantes para a transmissão e difusão de certas visões e valores, de modo que sejam adotados os primeiros princípios e valores democráticos e plurais”(ARROYO et al., 2012, p. 90).

A necessidade da existência de veículos capazes de servir ao interesse público, sendo eles independentes e alternativos à grande mídia comercial foram mais bem discutidos no Primerio Fórum Mundial de Meios Públicos, em junho de 2011 no México. Entre os principais pontos elencados na ocasião, estava prevista a garantia da “autonomia e pluralidade de linhas editoriais para criar uma opinião pública crítica e criativa” (ARROYO, et al., 2012, p. 57). Apesar desse ponto se constituir fundamental para a existência da TV Pública, vamos compreender adiante o que pode ter contribuído para sua não efetividade em muitas sociedades, tomando como exemplo a televisão pública do país, a TV Brasil.

2. Complementariedade dos Sistemas

O princípio da Complementariedade introduzido na Constituição Federal, no artigo 223 por Arthur Távola, na época deputado constituinte, abriu espaço para muitas

interpretações e disputas. De acordo com o texto⁹, compete ao Poder Executivo “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal”. Para Lima (2011), o objetivo era corrigir o desequilíbrio histórico existente entre esses sistemas, com a hegemonia do sistema privado.

A realização das duas edições dos Fóruns Nacional de Tvs Públicas, em 2007 e 2009, assim como a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em Brasília, no período de 14 a 17 de dezembro de 2009, foram capazes de ampliar o debate acerca do que se compreendia por sistema público de comunicação no país, mas não de garantir o cumprimento dos temas levantados nas discussões (LIMA, 2011). A diferenciação e o que esperar acerca do sistema público, privado, e estatal do país, respectivamente, só foi melhor definido, pela sociedade, na Confecom:

O primeiro deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público geridas de maneira participativa a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/s a suas estruturas dirigentes e submetido a controle social. O segundo deve abranger todos os meios de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade comercial ou não comercial. O terceiro deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação (CONFECOM, 2010, p.27).

Segundo Venício Lima (2013), a Conferência foi “boicotada, combatida e satanizada pelos principais grupos de mídia do país e teve todas as suas propostas transformadas – in limine – em propostas autoritárias, obscurantistas e de ‘controle da mídia’” (LIMA, 2013, p.69). Após a realização do evento não houve interesse do Legislativo ou do Executivo em cumprir as resoluções do encontro (VALENTE, 2013).

3. Um olhar sobre o surgimento da TV Brasil

A TV Brasil surgiu com a finalidade de complementar e ampliar a oferta de conteúdos do país como uma televisão pública nacional. Apesar de ter ocupado o centro dos debates na época em que se discutiu a criação da EBC, por meio da Lei nº 11.652 de 7 de abril de 2008 (após a conversão da Medida Provisória 398/2007 que autorizou sua

⁹ Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_223_.asp. Acesso em 22 de mar. De 2019.

criação), a empresa também é formada por oito rádios, duas agências de notícias e um portal WEB. Já a EBC Serviços, é “uma das fontes de arrecadação financeira da empresa, que produz o conteúdo da NBR – a TV do Governo Federal e de transmissões de atos da administração federal” (ALARCÓN; STROPPIA, 2016, p. 3).

A TV Brasil foi criada pela EBC a partir da união da estatal Radiobrás e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp). Entrou no ar no dia 2 de dezembro de 2007 nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e São Luís. Um dos objetivos previstos na lei¹⁰ da EBC foi “fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação”.

Suas instâncias de gestão, conforme previsto na lei, são o Conselho Curador, o Conselho Administrativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Atualmente destituído pela MP 744/2016 do governo Temer, entre as principais atribuições do Conselho Curador estavam a deliberação de propostas da diretoria executiva e linha editorial da empresa, cumprindo a observação do cumprimento dos princípios previstos pela sua lei de criação. Já como um canal de diálogo entre a emissora e a sociedade civil, a EBC conta com a Ouvidoria. Sua principal finalidade é permitir que o cidadão exerça seu direito de crítica, reclamações, sugestões e elogios sobre o conteúdo da empresa. Os relatórios divulgados mensalmente e as respostas individuais às solicitações do público são uma tentativa de estabelecer aproximação e vínculo entre cidadão e TV.

4. Sobre o Telejornal Repórter Brasil

O telejornal Repórter Brasil foi ao ar pela primeira um dia após a TV Brasil ser inaugurada e atualmente é exibido de segunda a sexta, as 9h30 e às 20h, e aos sábados às 20h. A edição da tarde é apresentada por Luciana Barreto nos estúdios do Rio de Janeiro. Já a edição noturna é conduzida por Pedro Pontes e Katiuscia Neri nos estúdios de Brasília. Geralmente os assuntos de maior repercussão do dia são abordados na última edição por meio de reportagens, enquanto, que na primeira, as entradas ao vivo são exploradas com maior intensidade.

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 23 ago. de 2018.

O sinal da TV Brasil está presente em mais de 3 mil municípios por conta da parceria com diversas retransmissoras. São 53 geradoras e 727 retransmissoras, que operam em 23 estados e no Distrito Federal¹¹”. Sua programação conta com mais de quatro horas diárias de jornalismo ao vivo. Ainda segundo as últimas informações do site oficial da EBC, são 1.781 cidades atendidas pela primeira televisão pública do país, número ainda tímido diante da abrangência dos grandes conglomerados da mídia privada que possuem alcance em quase todo o território nacional. Sua principal finalidade é complementar e ampliar a oferta de conteúdo, “oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania”.

Só o programa Caminhos da Reportagem, por exemplo, recebeu 47 prêmios entre 2010 e 2016, reforçando o reconhecimento da produção jornalística de qualidade da emissora. Como Carro-chefe da programação da TV Brasil, se faz necessário compreender de que maneira o Repórter Brasil, pertencente à estrutura do sistema público de comunicação do país aborda os assuntos contrários ao governo.

5. Metodologia

Entre os valores, objetivos e diretrizes previstos no Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹² estão: pluralidade, imparcialidade, regionalismo, educação, debate público, inclusão, inovação, participação e ética. São esses itens que devem nortear todo o tipo de cobertura jornalística realizada pela empresa, que também deve ser norteadas por cinco princípios fundamentais:

- 1) fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade;
- 2) garantia da expressão da diversidade social;
- 3) subordinação aos interesses da sociedade;
- 4) observância de preceitos éticos no exercício do jornalismo e
- 5) autonomia para definir a produção, programação e veiculação de seus conteúdos. (BEIRÃO, 2013, p. 23).

Sobre a cobertura realizada pelo Repórter Brasil na greve geral em 28 de abril de 2017, foram feitas três matérias na segunda edição do telejornal. Já na segunda greve em 30 de junho de 2017, foram veiculadas duas matérias na primeira edição. O material foi

¹¹ Disponível em <<http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/qual-a-cobertura-do-sinal-da-tv-brasil-ela-chega-em-quantas-cidades>> Acesso em: 18 jan. 2019.

¹² Manual de Jornalismo da EBC. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em: 18 de jan. de 2019.

recolhido da plataforma *online*¹³ da TV Brasil, espaço reservado às suas publicações. Entendemos como matéria “o que é publicado ou se destina a ser publicado em qualquer veículo de informação. É usado como sinônimo de reportagem” (PATERNOSTRO, 1953, p. 145).

A análise empreendida nesse estudo é essencialmente qualitativa, tendo em vista que a mesma avalia o conteúdo nem sempre imediatamente percebido e o “sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina” (HERSCOVITZ, 2010, p. 127). Considerando que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98), estabelecemos algumas categorias de auxílio ao momento da observação flutuante e da pré-análise do conteúdo.

Foram elas: a) retranca, data de publicação de acordo com o site e edição do noticiário; b) juízo de valor aparente, pois como aponta Denis McQuail (2003), a partir dele pode-se verificar a existência da propagação de ponto de vista pessoal em relação a problemática. Já a categoria c) entrevistados e citados, é utilizada com o objetivo de perceber se existe pluralidade na abordagem dos temas e quem é que fala sobre o assunto.

Tabela 01 – Categorização utilizada para observação flutuante e pré-análise

RETRANCA/DATA/EDIÇÃO		FORMATO	JUÍZO DE VALOR	ENTREVISTADOS/CITADOS
M01	Trabalhadores de todo o país foram às ruas contra as reformas da Previdência e Trabalhista 280417/ 2ª edição	Reportagem sem entrevistas, só <i>off</i>	Foco nos tumultos durante os protestos.	Citados: Trabalhadores, idosos, crianças, estudantes, sindicatos, trabalhadores rurais, indígenas,
M02	No Rio de Janeiro houve confronto com a polícia 280417/ 2ª edição	Reportagem sem entrevistas, só <i>off</i>	Demonização dos protestos em “o clima esquentou” e “nove ônibus foram queimados”	Citados: Grupos de manifestantes e polícia, Federação das Empresas de Transporte no Rio de Janeiro.
M03	A greve geral paralisou o transporte público	Reportagem	Foco nos transtornos para a mobilidade, funcionamento dos bancos,	Entrevistados: Uma trabalhadora que precisou usar o Uber pra chegar no trabalho.

¹³ O link de acesso às matérias está disponível na seção Referências desse trabalho.

	bloqueou estradas e afetou serviços 280417/ 2ª edição		escolas e aeroportos.	Citados: Manifestantes e Polícia Militar
M04	Protestos contra reformas deixam município do Rio em estágio de atenção 300617/ 1ª edição	Vivo + Reportagem sem entrevistas, só <i>off</i> .	Foco na complicação ao acesso do aeroporto	Citados: manifestantes, rodoviários, centrais sindicais, trabalhadores do coletivo.
M05	Em SP trabalhadores do setor de transporte não aderem à greve 300617 / 1ª edição	Reportagem	“A vida seguiu normalmente”, expressão utilizada pela repórter sobre o início da manhã em SP.	Entrevistados: Samuel Silva Abreu (Proprietário de lanchonete); Marina Dias (Líder estudantil); João Alberto Paul (Autônomo); Homem que perdeu o voo.

Entendemos como entrevistados os que possuem espaço na matéria para se expressar. Já os citados são pessoas ou grupos mencionados no texto que não apresentam fala dentro da matéria. Outro elemento analisado ao longo do trabalho é o enquadramento dado pelo telejornal às manifestações. Segundo Tuchman (1978), é ele que define e constrói a realidade social através das notícias. Além disso, “é quase inevitável que os jornalistas o façam e, ao fazê-lo, deixam a pura objectividade e introduzem algumas tendências” (MCQUAIL, 2003, p.348).

6. Análise: entre o Manual de Jornalismo da EBC e os Relatórios da Ouvidoria

Para melhor fluidez na compreensão da análise, adotamos a abreviação **M01**, **M02**, **M03**, **M04** e **M05** que correspondem a Matéria e seu número de organização de acordo com a tabela já apresentada. As produções repercutiram como foco único as complicações no trânsito e confrontos entre a polícia e os manifestantes. Em nenhuma delas, isto é, 100% do nosso corpus, há explicação ou contextualização sobre os motivos das reivindicações.

O texto da apresentadora na M03 já adiantava o enquadramento que seria adotado pelo noticiário: “A greve geral paralisou o transporte público bloqueou estradas e afetou serviços em várias cidades do país”. Apesar do Manual orientar que na cobertura de greves: “é importante ouvir todos os lados envolvidos e, se justificado pela relevância,

acompanhar o dia a dia do movimento” (BEIRÃO, 2013, p. 56), foram destacados apenas prejuízos. Entre as pessoas que poderiam ser ouvidas, tais como as centrais sindicais e os próprios manifestantes, a fim de ampliar a discussão acerca da greve e explicar os motivos das reivindicações, só quem fala é a funcionária de uma empresa que não chega a ser creditada na matéria. Ela diz o que fez para chegar ao trabalho diante das complicações no trânsito de São Paulo:

Transcrição do trecho na M03

Repórter: Em Brasília ainda estava escuro quando manifestantes queimaram pneus no acesso para o aeroporto. Teve gente que desceu do carro e seguiu a pé. Alguns voos tiveram atrasos, mas a situação voltou ao normal às dez da manhã. As filas nos hospitais sumiram. Lojas abriram, mas quase não haviam clientes. Manifestantes fecharam rodovias. Em algumas, pneus foram queimados. Metrô e BRT não circularam e muita gente não foi trabalhar porque ficou sem transporte.

Mulher entrevistada: A empresa falou que arcava com as despesas, né, então tive que me virar no Uber... um táxi, mas deu certo.

Após a exibição da matéria, o apresentador trouxe como nota pé, termo utilizado para se referir ao texto lido com informações complementares ao que foi exibido, o balanço da Polícia Militar naquele dia:

O protesto que começou no fim da tarde continua em São Paulo, e manifestantes fecham nesse momento uma pista da marginal Pinheiros, uma das vias mais importantes da capital **provocando um grande congestionamento na saída para o feriado**. De acordo com a PM, ao longo do dia, 36 pessoas foram detidas no estado, 3 delas em flagrante por explosão, incêndio e incitação ao crime (Repórter Brasil 2ª edição, 28 de abril de 2017) (grifo nosso).

A expressão “provocando um grande congestionamento na saída para o feriado” demonstra o esvaziamento da discussão da problemática para além do fechamento de uma via. Apesar dos princípios da cobertura jornalística do noticiário orientar o exercício da pluralidade de vozes e pensamento crítico dos cidadãos, a postura adotada pelo noticiário parece distante do previsto pelo Manual de Jornalismo da EBC.

A greve trabalhista é um embate entre duas ou mais partes e só interessa ao jornalismo EBC quando seus efeitos e repercussões ultrapassam as partes envolvidas diretamente na disputa. Além dos efeitos diretos sobre as pessoas não envolvidas na disputa, as greves contêm indicações de pauta, pelo que expressam nos campos social, econômico e político (BEIRÃO, 2013, p. 56).

O Relatório da Ouvidoria do mês de abril¹⁴ indicou a ausência de qualidade das informações nas reportagens sobre as manifestações da Reforma Trabalhista. Apesar de ter notado uma melhoria na qualidade técnica do telejornal em relação ao mês anterior, foram indicadas “fragilidades de texto e de informações” na produção do telejornal.

A interferência da subjetividade dos editores, explícita em uma frase do texto, frustra logo de início a expectativa de qualidade da informação: “O dia de greve geral. Manifestantes protestam contra as reformas da Previdência e trabalhista. O movimento prejudicou o transporte público em várias cidades, mas não parou o país” (Relatório da Ouvidoria EBC, abril de 2017, p. 14).

Ainda no relatório do mês de abril é levantada uma discussão sobre o significado da expressão “parou o país”, utilizada pela apresentadora para chamar a reportagem:

O que é parar – ou não – o país? Como se mede isso? Uma das possibilidades seria através de um balanço de greve; mas como a greve não foi o foco das notícias e também não havia informações de balanço, a frase de efeito ficou sem sentido, principalmente sentido jornalístico (Ibidem).

Além da M03 em que há a presença de uma entrevistada, a única outra matéria em que utiliza pessoas expressando seu ponto de vista é a M05, exibida na segunda greve geral. Nela foram ouvidos o proprietário de uma lanchonete, uma líder estudantil, um motorista que ficou com o carro parado no trânsito e um homem que perdeu o voo. Apesar de ser a única vez em que uma manifestante se expressa, a participação da líder estudantil não deixa claro os motivos de repúdio trazidos pelo movimento.

Transcrição do trecho na M05

Repórter: A poucos quilômetros do Largo da Batata, estudantes protestaram contra o governo federal em frente a USP.

Mariana Dias [líder estudantil]: Com essas manifestações que estão acontecendo não só aqui, mas em todo o país a gente quer dar uma grande visibilidade, mas também paralisar as fábricas, a universidade... pra mostrar a nossa insatisfação com os governos, com a reitoria da universidade, por exemplo.

Sem profundidade, outra vez o foco essencial do telejornal se distancia de como deveria ser a cobertura, devendo “se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento” (BEIRÃO, 2013, p.22). Mais adiante, ainda na M05, a fala de um motorista

¹⁴ Disponível em <http://www.etc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/4_-_relatorio_da_ouvidoria_abril_2017_web.pdf>. Acesso em 18 de mai. de 2017.

que ficou com o carro parado no trânsito é capaz de levantar mais observações acerca do enquadramento conferido aos “protestos isolados” do qual o telejornal se refere:

Transcrição do trecho na M05

Repórter: Tá atrasado, como é que vai ficar o dia?

João Alberto Paul [autônomo]: Não, o problema não é isso. Trabalho por conta (própria)... não é esse o problema. O problema é ver o povo sofrendo, brigando e não ter resultado de nada, infelizmente é assim.

A pergunta que já indica a linha editorial e o enquadramento que o veículo quer conferir à cobertura reforça que pessoas foram afetadas. Mesmo a repórter tendo realizado uma pergunta corriqueira na abordagem do tema, na mesma matéria, a resposta do motorista apresenta um aspecto diferente: “O problema é ver o povo sofrendo, brigando e não ter resultado de nada, infelizmente é assim”. Isso nos leva a questionar o que pretende esta reportagem quando utiliza fontes de informação se, nas demais, somente mencionam centrais sindicais, manifestantes, trabalhadores e polícia militar, sem que eles tenham a palavra.

A demonização dos atos reivindicativos e a ausência de aprofundamento acerca de suas causas também é uma característica da M02. A nota coberta, texto jornalístico narrado pelo apresentador enquanto as imagens aparecem (PATERNOSTRO, 1953), descrevia os impactos das manifestações no Rio de Janeiro:

Transcrição do trecho da M02

Apresentador: No Rio de Janeiro grupos de manifestantes se encontraram em vários pontos do centro da cidade. Houve confronto com a polícia na região da Cinelândia. Onde acontecia um ato pacífico, o clima esquentou.

SOBE SOM (Imagens de ônibus queimado e tumulto de pessoas)

Apresentador: O último balanço da Federação das Empresas de Transporte do Rio mostra que pelo menos nove ônibus foram queimados.

A utilização dos trechos “houve confronto com a polícia” e “nove ônibus foram queimados” nos leva a perceber a tentativa de evidenciar novamente os transtornos causados. Nessa mesma ocasião, o relatório da Ouvidoria questionou a utilização do termo “o clima esquentou”, usado pelo apresentador para indicar os confrontos:

A expressão “o clima esquentou” não foi esclarecida na matéria que veio a seguir – um curto flash dando apenas um balanço dos ônibus

queimados da cidade. Teria sido esse o fato referido na expressão “o clima esquentou”? (Relatório da Ouvidoria EBC, abril de 2017, p. 14).

Imagem 01 e 02: Confrontos entre manifestantes e policiais em São Paulo



Fonte: Repórter Brasil, 2ª edição, 28/04/17.

Na M01, o noticiário utiliza rápidos cliques das manifestações realizadas em diversas cidades do país e reúne tudo em uma única matéria que é formada por *offs* simplistas e genéricos sobre as manifestações. Ora, “quando falta pluralidade, os setores populares são os que finalmente terminam sendo invisibilizados” (AMARC, 2012, p. 59). O relatório da Ouvidoria criticou a utilização de uma frase clichê:

A frase chavão muito usada em outras manifestações foi repetida: “jovens, idosos e até crianças foram até o Palácio Araguaia...”. Mas esses personagens não apareciam nas imagens (Relatório da Ouvidoria EBC, abril de 2017, p. 14).

Já a M04 é a única matéria em que existe entrada ao vivo do repórter, que por sua vez é feita de dentro do Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro. A âncora do telejornal abre a edição do dia relatando a complicação ao acesso do aeroporto. Já as informações trazidas no vivo só reforçam os transtornos causados pelos manifestantes e anuncia que a cidade do Rio entrou em estado de emergência. Para Iluska Coutinho (UFJF), “a TV Brasil, como emissora de televisão pública deveria possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída” (PORCELLO; VIZEU; COUTINHO, 2013, p. 97).

Considerações Finais

A ausência de fontes de informação capazes de discutir os acontecimentos, assim como analisar e problematizar os pontos polêmicos que envolveram as manifestações relacionadas às greves gerais de 2017 se apresentam como uma marca na cobertura do noticiário. Em nenhum momento da abordagem foram informadas as motivações que levaram a população às ruas e o que de fato pretendiam as reformas trabalhista e da previdência.

Além disso, a predominância da utilização de imagens que valorizam a relação entre manifestantes e agressores, incêndios e confronto com policiais e ainda o uso de *sobesons* (termo utilizado para se referir ao emprego da sonoridade ambiente de um local em uma reportagem) com gritos e sirenes de carros da polícia, reforçam a tentativa de demonização das reivindicações sociais e também espetacularizam os fatos.

Diante desse tipo de cobertura, procuramos encontrar marcas que diferenciem a abordagem das manifestações daquela realizada comumente pela mídia privada do país. Entre os princípios previstos na lei de criação da EBC, que engloba a TV Brasil, estão o oferecimento de mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional, assim como o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão.

Além disso, a presença de um Conselho Curador na emissora seria fundamental para observância dos princípios que devem nortear uma cobertura jornalística pública. A ausência de vozes que representem a sociedade civil tanto nas matérias quanto dentro da empresa, através do asseguramento do que pode ser adotado em sua linha editorial, inviabiliza a efetivação de uma empresa que atenda aos anseios voltados ao interesse público.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Pietro de Jesús; STROPPA, Tatiana. A inconstitucionalidade da Medida Provisória 744, o princípio da complementariedade e o desmonte da comunicação pública brasileira. Disponível em < <http://emporiododireito.com.br/a-inconstitucionalidade-da-medida-provisoria-744-o-principio-da-complementariedade-e-o-desmonte-da-comunicacao-publica-brasileira-por-pietro-de-jesus-lora-alarcon-e-tatiana-stroppa/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

AMARC. Associação Mundial de Rádios Comunitárias. Princípios para garantir a diversidade e a pluralidade na radiodifusão e nos serviços de comunicação audiovisual. Programa de Legislação e direito à Comunicação. AMARC Brasil, 2012

ARROYO, Luis; BECERRA, Martín; CASTILLEJO, Ángel García e SANTAMARÍA, Oscar. **Cajas Mágicas. El renacimiento de la televisión pública en América Latina**. Madrid, 2012.

BRASIL. Lei N° 11.652, de 7 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 23 ago. de 2018.

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BEIRÃO, Nereide. Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2018.
- CONFECOM, Conferência Nacional de Comunicação. Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. 2010. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/comunicacao/caderno-propostas-1a-confecom>>. Acesso em 04 de set. de 2017.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. – (Coleção Fazer Jornalismo).
- LIMA, Venício. **Regulação das Comunicações: História, poder e direitos**. Prefácio de Bernardo Kucinski. São Paulo: Paulus, 2011. – (Coleção comunicação).
- MENDEL, Tony; SALOMON, Eve. **O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiro**. Tradução: Claudia Bentes David. Série Debates CI N°7 – Fevereiro de 2011 ISSN 2176-3224. Unesco, 2011.
- MIGUEL, Ana; SANTANA, Érica. **Empresa Brasil de Comunicação: Quatro anos de um ideal democrático 2007 – 2011**. Brasília, 2011.
- McQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa, 2003.
- OTONDO, Tereza. Televisão Pública na América Latina: para quê e para quem?. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- PATERNOSTRO, Vera. **O texto na TV: Manual de Jornalismo**. Colaboração de Eduardo Marotta. - 2. ed., rev. e atualizada. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. — 10ª reimpressão.
- PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Org.). **#Telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V.2. Florianópolis: Insular. 2013.
- STEVANIM, Luiz. Democratização da comunicação e sistema público de mídia: um olhar a partir dos movimentos sociais. Revista Eptic: Vol. 19, nº 3, set.-dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/7221/5809>>. Acesso em 12 de ago. de 2017.
- TRAQUINA, Nelson. A tribo jornalística: uma comunidade transnacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2004
- VALENTE, Jonas. **Coleção o que saber – Regulação democrática dos meios de comunicação**. São Paulo, 2013.
- VIZEU, Alfredo (Org.). **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATÉRIAS

- M01 disponível em<<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/trabalhadores-de-todo-o-pais-foram-as-ruas-contras-reformas-da-previdencia-e>>. Acesso em 12 de nov. de 2018.
- M02 disponível em< <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/no-rio-de-janeiro-houve-confronto-com-a-policia>>. Acesso em 12 de nov. de 2018.
- M03 disponível em< <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/a-greve-geral-paralisou-o-transporte-publico-bloqueou-estradas-e-afetou>>. Acesso em 12 de nov. de 2018.
- M04 disponível em<<http://tvbrasil.ebc.com.br/node/115217>>. Acesso em 12 de nov. de 2018.
- M05 disponível em<<http://tvbrasil.ebc.com.br/node/115213>>. Acesso em 12 de nov. de 2018.